Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.MJMS - 13018/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/17685/2014
PROTOCOLO	: 1558379
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO/MS
ORDENADOR DE DESPESAS	: LEONEL LEMOS DE SOUZA BRITO
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 197/2014
PROCED. LICITATÓRIO	: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2014
CONTRATADA	: AFONSO RAMÃO RODRIGUES JUNIOR - ME
OBJETO	: REALIZAÇÃO DE DOIS ESPETÁCULOS A SEREM APRESENTADOS PELOS ARTISTAS "DUDINHA E A GALINHA PINTADINHA" NO DIA DAS CRIANÇAS.
VALOR INICIAL	: R$ 53.000,00
RELATORA	: CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS. EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE.

Tratam os autos do Contrato Administrativo 197/2014, mediante a Inexigibilidade de Licitação nº 009/2014, celebrado entre a ***Prefeitura Municipal de Bonito/MS*** e **Afonso Ramão Rodrigues Junior - ME.**

Cumpre reconhecer que, na forma em que se apresenta a contratação celebrada pela ***Prefeitura Municipal de Bonito***, foram cumpridas todas as exigências legais, merecendo a chancela de aprovação desta Corte Fiscal.

Vale ressaltar que pelo procedimento licitatório de Inexigibilidade nº 009/2014, foram julgados como regulares e legais, conforme Decisão Singular DSG-G.MJMS-2841/2015 (fls. 125/128).

Neste momento, será analisada a execução financeira do contrato em tela.

Em sede de Análise ANA - 6ICE – 5365/2016 a Equipe

Técnica da 6ª ICE se manifestou pela **REGULARIDADE** e **LEGALIDADE** da execução financeira do contrato nº 197/2014.

Os autos seguiram para o Ministério Público de Contas, que emitiu o Parecer PAR - MPC - GAB.6 DR.JAC -18956/2016 **(fls. 130-132)**, manifestando-se pela **REGULARIDADE E LEGALIDADE** da Execução financeira em apreço.

É o Relatório. Passo a DECIDIR.

Depreende-se da leitura dos autos que a Equipe Técnica e o Ministério Público de Contas corroboram seus entendimentos pela regularidade e legalidade da execução do contrato em comento (3ª fase).

Compactuo com tais entendimentos, acompanhando as manifestações dos Órgãos Técnicos quanto a Execução Contratual em declará-la regular e legal, pois a mesma encontra-se concluída, visto que os documentos que concernem à 3ª fase da contratação comprovam à total execução do objeto contratado, conforme demonstração no resumo da execução financeira:

TOTAL DE NOTAS DE EMPENHO EMITIDAS	R$	53.000,00
TOTAL DE ANULAÇÃO DE NOTAS DE EMPENHO	R$	0,00
TOTAL DE NOTAS DE EMPENHO VÁLIDAS	R$	53.000,00
TOTAL DE COMPROVANTES DESPESAS EMITIDOS	R$	53.000,00
TOTAL DE ORDENS BANCÁRIAS EMITIDAS	R$	53.000,00

Como se vê, são idênticos os valores relativos às três etapas da execução da despesa: empenho, liquidação e pagamento – circunstância que revela a correta liquidação do objeto.

Cumpre reconhecer que, na forma em que se apresenta a contratação celebrada pela ***Prefeitura Municipal de Bonito*** foram cumpridas todas as exigências legais, merecendo a chancela de aprovação desta Corte Fiscal.

Ante o exposto, observadas as formalidades e requisitos legais aplicáveis à matéria, com fulcro no art. 10, inciso II do Regimento Interno desta Corte de Contas, **DECIDO** no seguinte sentido:

1- Pela ***regularidade*** da Execução do Contrato Administrativo 197/2014, celebrado entre a ***Prefeitura Municipal de Bonito*** e **Afonso Ramão Rodrigues Junior - *ME*** (3ª fase), nos termos do Artigo 59, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c Artigo 120, inciso III, da Resolução Normativa 76/2013;

2- Comunicar o resultado do julgamento às Autoridades Administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

3- Determino a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

É como Decido.

Campo Grande/MS, 28 de março de 2016.

Conselheira Marisa Serrano

R E L A T O R A

wal